



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

5. POLÍTICA AGROPECUARIA

CUIABA, MT, 12 DE JUNHO

AO AGRADECER A SAUDAÇÃO QUE LHE
DIRIGIU O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO
GROSSO.

Para todos os brasileiros, Mato Grosso, com a imensidade das suas terras e das suas águas, foi sempre motivo de esperança, orgulho e confiança. Na realidade, inclusive pela nota de mistério que emerge das suas florestas desconhecidas, bem representa o vosso Estado as indefinidas e imensuráveis possibilidades da nossa pátria, cujo futuro, pela grandiosidade com que se esboça no horizonte, chegamos a ter dificuldades em conceber.

Mas, se nos proporciona essa imagem magnífica do futuro, também no presente já constitui importante fator da economia nacional. Especialmente pelo rebanho bovino, já hoje dos maiores, e cujo desenvolvimento se vincula fundamentalmente ao bem-estar do povo, além de poder tornar-se apreciável fonte de divisas. E quando me refiro à relação existente entre o bem do povo e o crescimento do nosso rebanho é por estar plenamente verificado que ao desenvolvimento corresponde seguro aumento do consumo de produtos de origem animal. Sòmente para invocar um exemplo, lembrarei que, enquanto a França consome cêrca de 77% de produtos de origem animal, a Índia não ultrapassa o índice de 28%. Ainda mais eloqüente é o caso de São Paulo, cujo progresso bem conheceis, e que de 45% de alimentos de origem animal em 1930 passou para 61 % em 1960.

Daí não acreditarmos que a nossa melhor orientação seja a de desejar menor participação de carne bovina em nossa dieta alimentar. De fato, embora possamos alterar um pouco os nossos hábitos e suprir em outras fontes necessidades de proteína animal,

alcançando os índices médios normais dos quais ainda nos encontramos distantes, melhor será que nos esforcemos por aumentar sensivelmente a nossa população bovina. E para isso é essencial que Mato Grosso trabalhe de mãos dadas com o Governo Federal.

Realmente, o que precisamos é recuperar o tempo perdido. O tempo que malbaratamos para atender às imposições falsas da demagogia, excessivamente interessada em iludir as populações urbanas, e que por isso deu as costas ao trabalho e ao clamor dos que vivem da terra. Conseqüência dessa atitude foi o êxodo dos campos e a demasiada concentração urbana, ao mesmo tempo em que a produção rural, como ocorreu com a pecuária, não acompanhou o crescimento populacional do país. O que equivale a dizer que, apesar de haver aumentado em números absolutos, tornou-se o nosso rebanho proporcionalmente menor, provocando as majorações de preço, que tanto afligem o povo. Majorações por algum tempo artificialmente contidas, e das quais resultou o desinterêsse dos produtores, a escassez do produto e, ultimamente, a rápida e inevitável ascensão dos preços. Dessa forma pagamos por vários modos, e cada qual mais pernicioso, os erros anteriormente cometidos. Infelizmente, não há como evitá-lo, sob pena de entrarmos num círculo vicioso cujo término seria a fatal diminuição da nossa capacidade de atender às exigências do próprio mercado interno.

Daí a constante preocupação do Governo atual em apoiar e incentivar o setor agropecuário, cujo ritmo de desenvolvimento deve ser superior ao da nossa expansão demográfica.

Nos últimos quinze anos a indústria brasileira experimentou acentuado progresso, mercê de condições especiais da conjuntura econômica mundial, do espírito de iniciativa de empresários nacionais, dos estímulos concedidos pelo Governo e de sua ação pioneira no tocante a setores industriais básicos. Multiplicaram-se fábricas, ampliou-se o meio urbano, expandiu-se o mercado interno. A industrialização surgia como verdadeiro fulcro para o desenvolvimento econômico a que toda a nação aspira. Esta se caracterizava também pela gradativa transferência da mão-de-obra dos campos para as cidades, a expansão das indústrias de bens de capital, o aumento do nível de investimentos no setor secundário da economia.

Dever-se-ia seguir a melhoria tecnológica no setor agropecuário. Tornava-se essencial assegurar que à expansão industrial correspondesse indispensável modernização do setor agrícola, evitando-se a ampliação do descompasso entre a agricultura e a indústria, o desnível entre as condições econômicas e sociais e entre a cidade e o campo.

A omissão que se verificou nos Governos passados no tocante à agropecuária gerou, todavia, o quadro encontrado pela Revolução de março de 1964. A produção estagnada, a agricultura sofrendo as conseqüências do regime inflacionário no qual os custos de produção superavam, com larga margem, os preços concedidos aos agricultores, pelos tabelamentos demagógicos dos produtos agrícolas.

Faltou assim às administrações anteriores a coragem de enfrentar o problema, buscando resolvê-lo em definitivo. Preferiram fazê-lo em termos de emergência, como se ainda perdurassem circunstâncias excepcionais. É que, no período correspondente à Segunda Guerra Mundial, os preços internos da carne foram justamente sujeitos a tabelamento para defesa dos interesses dos consumidores. Era um momento de comoção internacional, no qual a produção não tinha condições de atender simultaneamente ao mercado interno e às crescentes exportações. Cessadas as causas que haviam aconselhado o tabelamento, mantiveram-no. Em função do atendimento imediatista, sacrificou-se o futuro. Retiraram-se da economia pecuária os estímulos que a poderiam ter levado à expansão e a mais elevados índices de produtividade, em benefício da manutenção de níveis e hábitos de consumo distorcidos em decorrência da própria política de tabelamento. Acresce também que a elevação da renda individual nos centros urbanos gerou acentuado aumento de consumo de carnes sem que o rebanho experimentasse aumento correspondente, inclusive pela carência de amparos sanitários e zootécnicos.

A Revolução, portanto, encontrou a pecuária em uma crise que atingia desde os centros de produção até a comercialização. O desfrute médio do rebanho, estimado em menos de 15 %, coloca a criação brasileira em posição desfavorável em relação a outros países. Situação agravada nos últimos anos, pois a tendência da

taxa do desfrute era ainda para reduzir-se, ao mesmo tempo em que os dados sobre o abate e produção de carnes não revelam aumento capaz de garantir o abastecimento interno e permitir a exportação. O rebanho é ainda presa fácil de doenças, as pastagens são em geral fracas e o processo de comercialização e transporte é oneroso. Só podemos abater animais após 40 meses, quando poderíamos fazê-lo após 21; nossas matrizes produzem, em média, um bezerro cada dois anos, quando poderiam fazê-lo anualmente. E os prejuízos que as doenças acarretam aos nossos rebanhos são estimados em cerca de 300 bilhões de cruzeiros anuais. Esse o quadro geral em que encontramos a pecuária bovina do Brasil.

Natural que a economia do vosso Estado, líder da pecuária nacional, sofresse intensamente os resultados de vinte anos de descaso e desestímulo. Em lugar de estimular as favoráveis condições naturais aqui existentes, e às quais se somava a crescente demanda de carne do mercado interno e externo, optou-se por uma política de preços artificiais, com sacrifício do rebanho bovino brasileiro, hoje avaliado em mais de sete trilhões de cruzeiros.

É essa perniciosa página de nossa economia que estamos tentando virar definitivamente. E o atual programa de ação do Governo prevê contínua ampliação da indústria e da agricultura, dentro de uma economia estável, saneada pela gradativa eliminação do processo inflacionário.

Lançou-se, pois, o Governo, desde abril de 1964, com firmeza e determinação, numa política realista que transformará, dentro de alguns anos, esse quadro pessimista em novo horizonte capaz de recolocar o país na posição que desfrutava como grande criador, graças a uma ampla ação no campo sanitário, zootécnico e de melhoria da comercialização. Procurou-se e manteve-se o diálogo aberto e franco com as classes interessadas, inclusive com líderes atuantes e esclarecidos da pecuária deste Estado. As medidas necessárias ao reajustamento de preços capazes de estimular a criação foram adotadas. Espera o Governo a compreensão e cooperação dos criadores e recriadores, em todos os níveis, pois não é do agrado do Governo intervir em qualquer etapa da comercialização. Só o faz, e o fará sempre, quando observar distorções, algumas

criminosas, daqueles que pensam em especular numa hora ainda de dificuldades, em vez de contribuir lealmente para o aumento da produção e adequada comercialização.

A Campanha de Combate à Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, que se estende a todo o país, já vacinou nos últimos seis meses 5 milhões de cabeças, somente no Rio Grande do Sul. E este ano será dinamizada em outras regiões, inclusive neste Estado, já havendo recursos para o lançamento da Campanha cuja prioridade determinei há poucos dias. Igual ênfase vem sendo dada ao combate à brucelose, à raiva bovina e a outras zoonoses. O melhoramento das pastagens e a mineralização do gado, são outros trabalhos de capital importância que vêm sendo realizados para expansão da pecuária. Do mesmo modo que foi aprovada a construção do entreposto de sal de Campo Grande e de dois subentrepósitos, em Cuiabá e Corumbá, mediante convênio entre o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura e o Instituto Nacional do Sal.

No sentido de aprimoramento das raças bovinas, o Ministério da Agricultura vem também realizando importante trabalho de distribuição de produtos selecionados, sendo que somente neste Estado serão movimentados recursos da ordem de meio bilhão de cruzeiros.

Todos êsses trabalhos no campo zootênico e sanitário visando à expansão da pecuária seriam incompletos se paralelamente não fôsem adotadas as necessárias medidas relativas ao crédito. Nos últimos anos a participação da pecuária no volume de créditos concedidos à agropecuária baixou de 57% em 1944, para 9% em 1963. Em valores reais os créditos concedidos nesse último ano corresponderam a menos da metade do que os deferidos vinte anos antes.

Novas linhas de crédito estão sendo estudadas para a pecuária, destinadas à aquisição de matrizes e reprodutores, à retenção de crias nos pastos, à engorda confinada e outros setores da pecuária. Ao mesmo tempo, estuda-se a aplicação do empréstimo de 50 milhões de dólares do Banco Mundial para o desenvolvimento da pecuária, devendo o Governo brasileiro empregar, como contrapartida, idêntica importância em moeda nacional.

Outrossim, consciente da necessidade de impulsionar o desenvolvimento agropecuário, o Governo quase que triplicou, através do FUNAGRI, os recursos postos à disposição do homem do campo. E, preocupado na boa aplicação desses créditos que deverão destinar-se principalmente à melhoria da produtividade, instalou a Comissão Consultiva do Crédito Agrícola, cujo trabalho deverá ser de grande utilidade. Procura o Governo assim atender desde o aprimoramento das pastagens até a instalação de frigoríficos, traçando planos de transportes que atenderão às ligações das regiões produtoras com os centros consumidores e portos. Na realidade, tudo precisa ser revisto a fim de dar ao agricultor e pecuarista não somente nova confiança na ação governamental, mas também a convicção de haver passado a era da demagogia, que ia desde os preços fictícios e as falsas reformas agrárias até as greves portuárias e ferroviárias, que prejudicavam o produtor. Isto é, a certeza de que, entre os seus muitos benefícios, trouxe também a Revolução a paz entre as classes e a tranqüilidade para o povo.

Estuda-se, também, com o máximo rigor, o processo de comercialização e industrialização, setores vitais no complexo da pecuária nacional.

À medida em que a política econômica do Governo frutificar, surgirão as condições necessárias à racionalização das atividades pecuárias. Será possível, então, lançar-nos na direção da industrialização, nas fontes de produção, dos transportes frigorificados, da redução dos estágios de comercialização.

Vem adotando o Governo federal, através do Ministério da Agricultura, uma política de absoluto entrosamento com os Governos estaduais para o desenvolvimento da atividade agropecuária. A Nação não se pode dar ao luxo de desperdiçar esforços e realizar trabalhos paralelos. Daí a utilidade das reuniões de Secretarias da Agricultura como a promovida, em abril último, pelo Ministério da Agricultura.

Nos planos de trabalho executados em Mato Grosso, o Ministério da Agricultura vem aplicando cêrca de 1,0 bilhão de cruzeiros, independentemente de recursos provenientes de programas globais para todo o país.

O Govêrno federal espera que tais planos de trabalho e tais recursos sejam canalizados para programas conjuntos, de absoluto interêsse para o desenvolvimento agropecuário de Mato Grosso.

Bem vêdes, pois, quanto o Govêrno federal se volta para os problemas e interêsses dêste rico Estado. O seu desenvolvimento liga-se estreitamente ao próprio desenvolvimento nacional, que reclama de Mato Grosso participar intensamente do nosso dramático problema alimentar. Aqui, não temos apenas importantes fronteiras do nosso território — temos incomparáveis fronteiras da nossa economia.

Ao concluir desejo agradecer a maneira expressiva e acolhedora com que me recebestes, inclusive através da palavra do vosso Governador. Vencedor numa luta eleitoral, integra êle agora a ARENA matogrossense, que, inspirada pelo interêsse do Estado, congrega antigas correntes partidárias, hoje unidas dentro do comum propósito de bem servirem à coletividade. Deve, pois, o seu govêrno corresponder não apenas ao seu programa, mas também à coesão da força política a que pertence e ao desenvolvimento de Mato Grosso, cujo futuro se mostra tão cheio de extraordinárias possibilidades. Se pela simples extensão do território é êle grande dentro do Brasil, pelo esforço bem orientado e amparado dos seus filhos deverá galgar ràpidamente nôvo estágio de desenvolvimento e tornar-se ainda maior. Quero, pois, reiterar e assegurar a mais ampla colaboração da União nas aspirações do povo de Mato Grosso, sempre tão presente nos grandes momentos da vida e da História do Brasil.